



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR EM PRESTAÇÃO
JURISDICCIONAL E DIREITOS HUMANOS**

ROSA MARIA RODRIGUES GAZIRE ROSSI

**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOCIOJURÍDICA DO PODER JUDICIÁRIO
TOCANTINENSE NAS ESCOLAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA
(DES)JUDICIALIZAÇÃO CONSCIENTE**

ROSA MARIA RODRIGUES GAZIRE ROSSI

**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOCIOJURÍDICA DO PODER JUDICIÁRIO
TOCANTINENSE NAS ESCOLAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA
(DES)JUDICIALIZAÇÃO CONSCIENTE**

Relatório Técnico apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, da Universidade Federal do Tocantins, em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, na Linha de Pesquisa Acesso à Justiça e Direitos Humanos, subárea de concentração Direitos Humanos e Educação, como requisito para obtenção do título de mestre.

Produtos:

Relatório Técnico Conclusivo

Tecnologia Social: Programa de Educação Sociojurídica Interdisciplinar e Itinerante do Poder Judiciário nas Escolas Públicas do Tocantins.

Marco Regulatório: Elaboração de Minuta de Modificação da Resolução nº 1 do TJTO, de 2020, que dispõe sobre política judiciária da cidadania no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

Orientação: Patrícia Medina

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

RS31p Rossi, Rosa Maria Rodrigues Gazire.
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOCIOJURÍDICA DO PODER
JUDICIÁRIO TOCANTINENSE NAS ESCOLAS PÚBLICAS PARA A
PROMOÇÃO DA (DES)JUDICIALIZAÇÃO CONSCIENTE. / Rosa Maria
Rodrigues Gazire Rossi. – Palmas, TO, 2023.
279 f.

Relatório Técnico (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação
(Mestrado) em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, 2023.

Orientadora : Patrícia Medina

1. Educação em Direitos Humanos. 2. Educação Básica. 3. Acesso à
Justiça. 4. Cidadania. I. Título

CDD 342

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ROSA MARIA RODRIGUES GAZIRE ROSSI

**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SOCIOJURÍDICA DO PODER JUDICIÁRIO
TOCANTINENSE NAS ESCOLAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA
(DES)JUDICIALIZAÇÃO CONSCIENTE**

Relatório Técnico apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, promovido pela Universidade Federal do Tocantins em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, como exigência para a obtenção do título de Mestre.

Data da aprovação: 14 de novembro de 2023.

Banca examinadora:

Prof^a. Dra. Patrícia Medina
Orientadora e Presidente da Banca
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Prof. Dr. Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira
Membro Avaliador Interno
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Prof^a. Dra. Angela Issa Haonat
Membro Avaliador Externo
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Palmas/TO

2023

Dedico este trabalho ao meu esposo Flávio, pela presença motivadora durante minha dedicação ao Mestrado Profissional.

Ao nosso presente Divino, Enzo, pela compreensão de minhas ausências.

Aos meus professores, desde o maternal, na pessoa do amoroso Padre Ovídio, até este momento, na pessoa da guerreira orientadora, doutora Patrícia Medina, pela oportunidade de aprendizagem transformadora, que contribuiu para um novo olhar na minha atuação profissional.

Gratidão!

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela fé e coragem para compreender os propósitos dos obstáculos na caminhada da vida.

Aos meus avós maternos e paternos Lili e Lô, Rosa e Chicre; aos meus pais Roberto (*in corde*) e Neide, minhas fortes raízes, das quais brotam meus valores.

Ao desembargador Helvécio de Brito Maia Neto e à desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, pelas oportunidades de crescimento pessoal e profissional, ante a confiança em mim depositada como juíza auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça e da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (2017-2025).

À Escola Superior da Magistratura (ESMAT), referência nacional, na pessoa do desembargador Marco Villas Boas, pela missão de humanização do exercício da magistratura, mediante o desenvolvimento de seus valores institucionais com excelência.

Às comunidades escolares da Beira do Rio (Guaraí/TO) e Francisco Pinheiro da Silveira - Anexo I (Tabocão/TO), que acolheram o EducaJUS: De Papo com a Justiça e colaboraram para seus profícuos resultados.

Às equipes interdisciplinares do Poder Judiciário Tocantinense, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Guaraí/TO e do Cecom que auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa com competência, alegria e amor à causa.

Aos colaboradores Ana Lúcia Kubo (encaminhamento de ofício-circular aos tribunais brasileiros e aos Cejuscs locais); Wanderson Coelho da Silva (motorista da caravana EducaJus: De papo com a Justiça; Dorival Reis, Fabio Gonzaga, Juliana Bringel, Maria Cotinha Bezerra, Renata Nascimento, Rogério Lopes, Stella Bueno e Tarcísio Vória (participantes da etapa do SABER); Fernanda Alcântara (pesquisa); Fernando Almeida (programação da urna eletrônica para pesquisa de avaliação do projeto-piloto); Flávio Rossi (leituras), Vinícius Siqueira (revisão técnica de artigo científico e orientação quanto ao processo de submissão de artigo), Amanda Silva, Magna Feitosa e Sérgio Leal (conciliadores e facilitadores credenciados); Ana Carina Souto e Ketlen Karolynny Cruz (auxílio na criação de *slides*); Helena Maria de Paula (elaboração de mapa); Elizabeth Maria Pugliesi (construção de fluxograma); Darllane Tacho (gráficos), Igor Matuoca (*designer* de imagem deste relatório), ao Cecom, Sibele Biazotto (formatação ABNT/2023 do relatório conclusivo), Professora Maria Ângela Lopes (revisão ortográfica do relatório conclusivo).

“[...] Se as flores se misturam nos canteiros
Os ideais podem também se misturar
Se as cores se complementam nos desenhos
As diferenças podem se complementar
Não há melhor, não há grande nem pequeno
O que há é muito o que trabalhar
Cada um fazendo o seu direito
Só alegria e belezas vão brotar [...]
Eu agradeço”.

(Marie Gabriella)

RESUMO

Relato do processo e resultados de pesquisa realizada em 2023, nas escolas públicas municipais das zonas rural e urbana da comarca de Guaraí/TO com alunos do 9º ano do ensino fundamental II, que objetivou verificar a existência de lacunas culturais ao acesso efetivo à justiça no que diz respeito ao (re)conhecimento dos direitos e deveres legais pelos educandos e a forma de acioná-los, e institucional do Judiciário Tocantinense, referente ao paradigma de atuação dos 36 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, no tocante à política judiciária de cidadania por meio de ações educativas do cidadão e em cumprimento integral da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, de 29 de novembro de 2010; para testar viabilidade do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Guaraí como escola da cidadania, por meio da execução piloto do Programa Educacional Sociojurídico Interdisciplinar e Itinerante para promoção da (des)judicialização consciente. Quanto ao suporte teórico, recorri aos autores clássicos e modernos que discutem acesso à justiça e suas barreiras; à perspectiva pedagógica de educação em direitos humanos extraída da revisão sistemática de artigos escritos por Candau V. M. F no período de 2000 a 2022; além da revisão bibliográfica de artigos, de dissertações e de livros a qual possibilitou compreensão da relação direta entre direitos humanos, educação de qualidade, cidadania, acesso à justiça e pacificação social no Estado Democrático de Direito. No que se refere à pesquisa documental, analisou a Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça, de 29 de novembro de 2010, em comparação com a Resolução nº 5, de 28 de abril de 2016, e com a Resolução nº 1, de 10 de janeiro de 2020, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; relatórios estatísticos nacionais e locais do Judiciário com ênfase no acesso à justiça; o programa da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura de educação para a cidadania global; e as legislações nacional e estadual acerca da Educação em Direitos Humanos. Após pesquisa-ação efetivada com auxílio da equipe interdisciplinar e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Guaraí nas escolas públicas municipais de Guaraí e Tabocão/TO, os resultados indicaram autonomia, empoderamento de educandos com sentimento de pertencimento à comunidade escolar e comprometimento com esse, materializados nos projetos construídos com base no conhecimento absorvido durante realização pelo Judiciário das etapas do projeto institucional piloto, e na resposta daqueles que conheceram o EducaJUS: De papo com a Justiça à pesquisa aplicada, no sentido de que aprenderam sobre direitos humanos e resolução de conflitos pelo diálogo, sem dificuldade de compreensão da linguagem utilizada, sentindo-se motivados a cuidar do bem comum por meio da visão do ensino-aprendizagem dos direitos humanos relacionados às demais disciplinas. O trabalho resultou na recomendação da institucionalização da política pública de cidadania nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania do Judiciário Tocantinense, por meio de apresentação da minuta de marco regulatório.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Direitos Humanos; Vera Maria Ferrão Candau; Educação Básica; Acesso à Justiça; Cidadania.

ABSTRACT

I report the process and results of research carried out in 2023, in municipal public schools in rural and urban areas of the district of Guaraí with students in the 9th year of elementary school II, which aimed to verify the existence of cultural gaps in effective access to justice with regard to (re)knowledge of rights and duties by students and how to act on them, and institutional of the Judiciary of Tocantins referring to the paradigm of action of the 36 Judicial Centers for Conflict Resolution and Citizenship in relation to the judicial policy of citizenship through educational actions of the citizen with Resolution No. 125 of the National Council of Justice, of November 29, 2010; to test the viability of the Guaraí/TO Judicial Center for Conflict Resolution and Citizenship as a citizenship school, through the pilot execution of the Interdisciplinary and Itinerant Socio-Legal Educational Program to promote conscious (de)judicialization^o As for theoretical support, I turned to classic and modern authors who discuss access to justice and its barriers; to the pedagogical perspective of human rights education extracted from the systematic review of articles written by Candau V. M. F in the period from 2000 to 2022; in addition to the bibliographical review of articles, dissertations and books that made it possible to understand the direct relationship between human rights, quality education, citizenship, access to justice and social pacification in the Democratic State of Law. With regard to documentary research, I analyzed Resolution No. 125 of the National Council of Justice, dated November 29, 2010 in comparison to Resolution No. 5, dated April 28, 2016 and Resolution No. 1, dated January 10, 2020 , both from the Tocantins Court of Justice; national and local statistical reports from the Judiciary with an emphasis on access to justice; the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization program of education for global citizenship; and national and state legislation on Human Rights Education^o After action research carried out with the help of the interdisciplinary team and the Judicial Center for Conflict Resolution and Citizenship of Guaraí in the municipal public schools of Guaraí/TO and Tabocão/TO, the results indicated empowerment of students and commitment with their school communities materialized in projects built based on the knowledge absorbed during the implementation of the pilot project stages by the Judiciary, and in the response of those who learned about EducaJUS: From chatting with Justice to applied research, in the sense that they learned about human rights and conflict resolution through dialogue, without difficulty understanding the language used, feeling motivated to take care of the common good through the vision of teaching and learning human rights related to other disciplines. Therefore, I proposed institutionalization of the public citizenship policy in the Judicial Centers for Conflict Resolution and Citizenship in Justice Tocantins, through a regulatory framework.

KEY WORDS: Human Rights Education; Vera Maria Ferrão Candau; Basic Education; Access to Justice; Citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O desafio da pesquisa científica é como um quebra-cabeça, cada peça é importante para sua resolução!.....	26
Figura 2 - Desafios a serem vencidos pelo cidadão no acesso à justiça (fissuras sociais, econômicas e culturais).....	27
Figura 3 - Principais Normativas Internacionais de Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos	41
Figura 4 - Vera Maria Ferrão Candau.....	64
Figura 5 - Etapas de buscas e condução nas fontes de informação revisão sistemática	66
Figura 6 - Ciclo de Desenvolvimento dos Direitos Humanos	107
Figura 7 - Logomarca do Projeto Institucional Piloto	153
Figura 8 - Registro da 1ª reunião do GT interdisciplinar	155
Figura 9 - Registro de reunião do GT interdisciplinar na ESMAT I.....	156
Figura 10 - Registro de reunião do GT interdisciplinar na ESMAT II.....	156
Figura 11 - Localização de Guaraí e Tabocão no mapa do Tocantins	158
Figura 12 - Oficina EDH – perspectiva a partir de Candau na ESMAT.....	160
Figura 13 - Primeira reunião do GT interdisciplinar com os parceiros das escolas de Guaraí e Tabocão I.....	163
Figura 14 - Primeira reunião do GT interdisciplinar com os parceiros das escolas de Guaraí e Tabocão II.....	163
Figura 15 - Primeira viagem da caravana EducaJUS: De papo com a Justiça para comarca de Guaraí	165
Figura 16 - Escola Núcleo Euclides da Cunha, Beira do rio – 60km de Guaraí/TO	166
Figura 17 - Círculo de paz na escola rural	167
Figura 18 - Registro da professora Amanda Emilene ao retornar ao chão da escola	168
Figura 19 - Educanda participando da atividade o que é DH para você?	169
Figura 20 - Abraço coletivo após realização do círculo de paz na escola urbana.....	175
Figura 21 - Nuvem de palavras referentes às características necessárias a um juiz de direito segundo visão dos 53 educandos respondentes.....	180
Figura 22 - Nuvem de palavras dos magistrados	180
Figura 23 - Princípios da pedagogia do Programa Educação para a cidadania global da UNESCO	190

Figura 24 - Atividades realizadas em sala de aula pelos educandos da escola rural participante após 1ª etapa do projeto institucional piloto I.....	193
Figura 25 - Atividades realizadas em sala de aula pelos educandos da escola rural participante após 1ª etapa do projeto institucional piloto II	194
Figura 26 - Atividades realizadas em sala de aula pelos educandos da escola rural participante após 1ª etapa do projeto institucional piloto III.....	195
Figura 27 - Atividades realizadas em sala de aula pelos educandos da escola rural participante após 1ª etapa do projeto institucional piloto IV.....	196
Figura 28 - Roda de conversa com o magistrado Fábio Costa em Tabocão	198
Figura 29 - Retrato da escolaridade dos encarcerados no Brasil.....	199
Figura 30 - Participação da coordenadora da escola e educandos da dinâmica do balão na oficina Educação Financeira.....	201
Figura 31 - Exemplos de trocas de vocabulário antirracistas I.....	202
Figura 32 - Exemplos de trocas de vocabulário antirracistas II	202
Figura 33 - Estatística sobre violência doméstica contra mulher I.....	204
Figura 34 - Estatística sobre violência doméstica contra mulher II	204
Figura 35 - Interação do educando com a educadora mestranda em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da UFT/ESMAT durante aula de gênero e violência contra mulher	205
Figura 36 - Jogo interativo aplicado pelos parceiros da Escola do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins	206
Figura 37 - Educandos/eleitores participando de simulação de uma eleição I.....	206
Figura 38 - Educandos/eleitores participando de simulação de uma eleição II.....	207
Figura 39 - Educandos/eleitores participando de simulação de uma eleição III	207
Figura 40 - Educandos/eleitores participando de simulação de uma eleição IV	208
Figura 41 - Oficina das emoções	209
Figura 42 - Oficina das emoções em Guaraí	211
Figura 43 - Oficina das emoções em Tabocão	212
Figura 44 - Educando estudando a CFRB/88	213
Figura 45 - Planejamento pelos educandos com auxílio dos servidores do Judiciário de ações transformadoras da realidade social I	214
Figura 46 - Planejamento pelos educandos com auxílio dos servidores do Judiciário de ações transformadoras da realidade social II.....	214

Figura 47 - Planejamento pelos educandos com auxílio dos servidores do Judiciário de ações transformadoras da realidade social III	215
Figura 48 - Compromisso e cooperação para combater problemas compartilhados I.....	216
Figura 49 - Compromisso e cooperação para combater problemas compartilhados II	217
Figura 50 - Compromisso e cooperação para combater problemas compartilhados III.....	218
Figura 51 - Visita ao fórum de Guaraí/TO I.....	220
Figura 52 - Visita ao fórum de Guaraí/TO II.....	221
Figura 53 - Mutirão da Cidadania no saguão do Fórum de Guaraí/TO.....	221
Figura 54 - Estande Pai Presente	222
Figura 55 - Estande Cejusc Guaraí I.....	224
Figura 56 - Estande Cejusc Guaraí II	224
Figura 57 - Estande do Sebrae - Colinas do Tocantins.....	225
Figura 58 - Serviço do cartório de registro civil de Guaraí/TO.....	226
Figura 59 - Formatação da urna eletrônica para avaliação do projeto-piloto I.....	227
Figura 60 - Formatação da urna eletrônica para avaliação do projeto-piloto II	228
Figura 61 - Estande TRE/TO e participação dos educandos da pesquisa de avaliação do EducaJUS: De papo com a Justiça I.....	229
Figura 62 - Estande TRE/TO e participação dos educandos da pesquisa de avaliação do EducaJUS: De papo com a Justiça II.....	229
Figura 63 - Estande Projeto ‘Absorvendo’	238
Figura 64 - 4º lugar: Certificado de participação aos educandos autores do projeto “CTT-Colégio Técnico do Tabocão”	242
Figura 65 - Modelo de certificado de participação.....	243
Figura 66 - 3º lugar: Certificado aos educandos autores do projeto “Laboratório de Ciências e Matemática”.....	243
Figura 67 - 2º lugar: Certificado aos educandos autores do projeto “Não ao Bullying” e tablets	244
Figura 68 - 1º lugar: Certificado aos educandos autores do projeto “Escola que Protege” e tablets.....	244
Figura 69 - Certificado	245
Figura 70 - 890 contas alcançadas.....	248
Figura 71 - 1.372 contas alcançadas.....	248
Figura 72 - 645 contas alcançadas.....	249

Figura 73 - Vídeo.....	249
Figura 74 – TWITTER I.....	250
Figura 75 - TWITTER II	251
Figura 76 - Zap Justiça (12/7/2023): Enviado para 843 contatos.....	251
Figura 77 - Solenidade de Entrega dos tablets no TJTO I.....	253
Figura 78 - Solenidade de Entrega dos tablets no TJTO II	253
Figura 79 - Judiciário de mãos dadas com a escola.....	257

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - A percepção acerca dos desafios à educação em direitos humanos e à abordagem da temática na escola pública	59
Quadro 2 - Estratégia de seleção dos 21 artigos da autora	66
Quadro 3 - Estratégia de busca dos artigos da Candau.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Práticas dos professores ligadas aos direitos humanos e à educação em direitos humanos.....	57
Tabela 2 - Números de casos novos em Guaraí por classe.....	133
Tabela 3 - Número de casos novos de Guaraí por assunto.....	133
Tabela 4 - Número de casos novos de Guaraí por competência.....	134
Tabela 5 - Os 10 maiores demandantes de Guaraí no último triênio	134
Tabela 6 - Números referentes à assistência jurídica gratuita de Guaraí.....	135
Tabela 7 - Números de casos novos por Município	135
Tabela 8 - Índice de Conciliação em Guaraí	135
Tabela 9 - Números de casos novos da Comarca desinstalada de Tocantínia por Município	136
Tabela 10 - Número de casos novos da Comarca de Miracema do Tocantins por Município	136
Tabela 11 - Números de casos novos da Comarca de Novo Acordo por Município	136
Tabela 12 - Números de casos novos da Comarca desinstalada de Axixá do Tocantins por Município	137
Tabela 13 - Números de casos novos da Comarca de Itaguatins por Município.....	137
Tabela 14 - Números de casos novos da Comarca desinstalada de Aurora do Tocantins por Município	137
Tabela 15 - Números de casos novos da Comarca de Taguatinga por Município	137
Tabela 16 - Números de casos novos na Comarca de Arraias por Município.....	138
Tabela 17 - Números de casos novos da desinstalada Comarca Almas por Município	138
Tabela 18 - Números de casos novos da Comarca de Dianópolis por Município.....	138
Tabela 19 - Números de casos novos da desinstalada Comarca de Figueirópolis por Município	138
Tabela 20 - Números de casos novos da Comarca de Gurupi por Município	139
Tabela 21 - Números de casos novos da Comarca desinstalada de Pium por Município	139
Tabela 22 - Números de casos novos na Comarca de Cristalândia por Município	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil do público-alvo participante do projeto-piloto I	183
Gráfico 2 - Perfil do público-alvo participante do projeto-piloto II.....	184
Gráfico 3 - Resultados da Pesquisa de Satisfação do Cliente - Programa EducaJus - De Papo com a Justiça I	230
Gráfico 4 - Resultados da Pesquisa de Satisfação do Cliente - Programa EducaJus - De Papo com a Justiça II	230
Gráfico 5 - Resultados da Pesquisa de Satisfação do Cliente - Programa EducaJus - De Papo com a Justiça III.....	231
Gráfico 6 - Resultados da Pesquisa de Satisfação do Cliente - Programa EducaJus - De Papo com a Justiça IV	232
Gráfico 7 - Resultados da Pesquisa de Satisfação do Cliente - Programa EducaJus - De Papo com a Justiça V.....	232
Gráfico 8 - Resultados da Pesquisa de Satisfação do Cliente - Programa EducaJus - De Papo com a Justiça VI	233
Gráfico 9 - Resultados da Pesquisa de Satisfação do Cliente - Programa EducaJus - De Papo com a Justiça VII.....	233
Gráfico 10 - Resultados da Pesquisa de Satisfação do Cliente - Programa EducaJus - De Papo com a Justiça VIII.....	234
Gráfico 11 - Resultados da Pesquisa de Satisfação do Cliente - Programa EducaJus - De Papo com a Justiça IX	235
Gráfico 12 - Resultados da Pesquisa de Satisfação do Cliente - Programa EducaJus - De Papo com a Justiça X.....	235

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMB	Associação dos Magistrados Brasileiros
BPM	Batalhão da Polícia Militar do Estado do Tocantins
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD/FNDE	Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
CEJ	Centro de Estudos Judiciários
CEJUSC	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPED	Centro de Estudos e Pesquisas de Ensino de Direito
CF/1988	Constituição Federal, de 1988,
CFE	Conselho Federal de Educação
CJF	Conselho da Justiça Federal
CJF/CEJ	Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal
CNE	Conselho Nacional da Educação
CNE/CEB	Resoluções emitidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno
CNJ	Conselho Nacional da Justiça
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
COGES	Coordenadoria de Gestão Estratégica do TJTO
COJUN	Contadoria Judicial Unificada do TJTO
CONAETI	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
COVID-19	Infecção Respiratória Aguda Causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2
CPC	Código de Processo Civil
CPJ	Centro de Pesquisas Judiciais
CPJ/AMB	Centro de Pesquisas Judiciais da Associação dos Magistrados Brasileiros
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRES	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

DIJUD	Diretoria Judiciária do TJTO
DNA	Ácido Desoxirribonucleico
DPE/TO	Defensoria Pública do Estado do Tocantins
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EC	Emenda Constitucional
ECG	Educação para a Cidadania Global
EDH	Educação em Direitos Humanos
EDsHs	Educação em Direitos Humanos
EJE-TO	Escola Judiciária Eleitoral do Tocantins
ENFAM	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
ESMAT	Escola Superior da Magistratura Tocantinense
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FLACSO/BRASIL	Colégio Latino-Americano de Estudos Mundiais
FONAMEC	Fórum Nacional de Mediação e Conciliação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GAEPE-BRASIL	Gabinete de Articulação para Efetividade da Educação do Brasil
GGEM	Grupo Gestor de Equipes Multidisciplinares
GT	Grupo de Trabalho
IAJ	Índice de Acesso à Justiça
IBDFAM	Instituto Brasileiro de Direito de Família
JEEP	Preparação Pedagógica de Educadores do Sebrae
JN	Justiça em Números
KM	Quilômetro
LADES/UNB	Laboratório de Acesso à Justiça e Desigualdades
MEC	Ministério da Educação do Brasil
NUMPEMEC	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA/AG	Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde

PDHRE	Organização de Pessoas Comprometidas com a Década para a Educação em Direitos Humanos
PID	Ponto de Inclusão Digital
PLANAPIR	Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNE	Plano Nacional de Educação
PNETP	Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
PPGPJDH	Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SPM/PR	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TCE/TO	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
TIP	Piores Formas do Trabalho Infantil
TJ	Tribunal de Justiça
TJTO	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
TJPR	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
TPU	Tabela Processual Unificada
TRE/TO	Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins
TRT/TO	Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 MÉTODO e técnicas de pesquisa	30
3 PESQUISA TEÓRICA	36
3.1 A evolução histórica dos direitos humanos e seus impactos na educação	37
3.2 O contexto social e os direitos humanos: uma reflexão da pedagogia da educação em direitos humanos à luz da cidadania	48
3.3 A educação e os direitos humanos: uma ponte dialogal	52
3.4 A escola fundamental como agente transformador social	56
3.5 A perspectiva da educação em direitos humanos como inovação social	60
3.6 Educação em direitos humanos no pensamento de Vera Candau: uma revisão sistemática	62
3.7 Educação de qualidade, inclusiva e equitativa e acesso efetivo à justiça: novas lentes para pacificação social.....	89
3.8 CEJUSC, para além dos horizontes da conciliação e da mediação	102
4 O CEJUSC NOS TRIBUNAIS COMO PORTAL DA CIDADANIA	120
4 A PESQUISA DOCUMENTAL	132
5 A PESQUISA-ação	153
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	254
REFERÊNCIAS	261
APÊNDICE	272
ANEXOS	Erro! Indicador não definido.
Anexo 1 - Portaria 954/2023 – PRESIDÊNCIA/ASPRE – 13/4/2023	277
Anexo 2 - ATA 705 – 27/10/2022 – CGJUS/1JACGJUS	281
Anexo 3 - ATA 776 – 29/11/2022 – PRESIDÊNCIA/NUMPEMEC/CEJUSC GUARAÍ	289
Anexo 4 - ATA 777 – 29/11/2022 – CGJUS/COCID	292
Anexo 5 - ATA 244 – 18/4/2023 – PRESIDÊNCIA/NUMPEMEC/CEJUSC GUARAÍ.....	295
Anexo 6 - ATA 349 – 25/5/2023 – PRESIDÊNCIA/GAB1JAPRE	297
Anexo 7 - PROJETO “NÃO AO BULLYING”	302

Anexo 8 - PROJETO “ESCOLA QUE PROTEGE”	305
Anexo 9 - EDITAL Nº 281/2023PRESIDÊNCIA/ASPRE.....	313
Anexo 10- Minuta de alteração da Resolução nº 01 do TJTO, de 2020.....	326